

A 7CCR promoveu, nos dias 26 a 29/6, a capacitação “Justiça Restaurativa”, destinada a membros e servidores do MPF, além de integrantes de outras instituições. O curso integra o plano estratégico da instituição e foi sugerido após consulta nacional entre os membros que atuam na temática.

Oferecido na modalidade telepresencial, o evento contou com a participação de 120 integrantes do MPF e 44 participantes de outros órgãos, entre eles a Justiça Federal e a Justiça Estadual do Estado de São Paulo.

Segundo definição do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a justiça restaurativa pode ser compreendida como a busca

da solução de conflitos por meio do diálogo e da negociação. Trata-se de um conjunto de princípios e técnicas que busca a reparação do dano e recomposição das relações sociais rompidas pelo ato criminoso sob uma perspectiva abrangente e humanitária.

O uso de ferramentas negociais e restaurativas com vistas à resolutividade e pacificação de conflitos também é um dos objetivos estratégicos do MPF. Nesse sentido, a capacitação buscou fortalecer a atuação dos membros da instituição, permitindo um aprofundamento teórico e prático sobre o tema com a contribuição de especialistas na área, tanto do Brasil quanto do cenário internacional.

Para a procuradora da República Priscila Pinheiro de Carvalho, MPF/SP, o evento mostra uma abertura institucional à proposta representada pela justiça restaurativa, fundada em um paradigma relacional, de abordagem não-violenta dos conflitos em geral, e dos criminais em especial.

“Isso revela que a instituição se mantém atenta e acompanhando o movimento mundial de abertura a esta nova racionalidade, potencializada pelo crescimento mundo afora dos espaços de consenso na justiça penal, também verificado no Brasil. Há muito o que fazer, e passos importantes já estão sendo dados”.

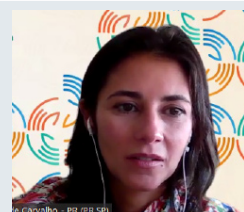


Em sua fala de abertura, a Coordenadora da 7CCR, classificou a justiça restaurativa como um novo paradigma de racionalidade criminal moderna.

“É um modelo diferenciado de resolução de conflito penal, por meio de um processo participativo e dialogado entre a vítima, agressor, suas famílias e a sociedade, visando ampliar a cultura de paz”.

Elizeta Ramos - Coordenadora da 7CCR

Priscila Pinheiro de Carvalho -
Procuradora da
República na PR/SP



Moderadora



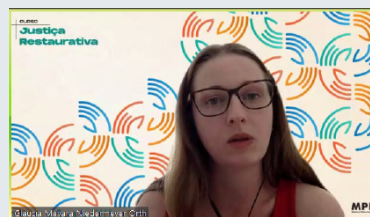
João Salm - Professor associado de justiça criminal na Governors State University (GSU), Chicago.

Moderador

Professores



Egberto de Almeida Penido - Juiz Titular da 1ª Vara Especial da Infância e Juventude da Capital/SP: *“Justiça restaurativa e sua relação com Cultura de Paz”*



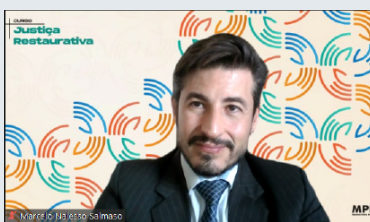
Gláucia Mayara Neidermeyer Orth - Psicóloga atuante no CEJUSC: *“Origem e Histórico da justiça restaurativa no Brasil e no Mundo”*



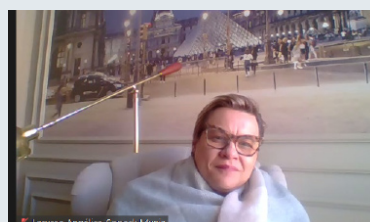
Lorenn Walker - Educadora de saúde, cientista social e advogada licenciada do Havaí: *“O valor das cortes e como podem promover Justiça Restaurativa”*



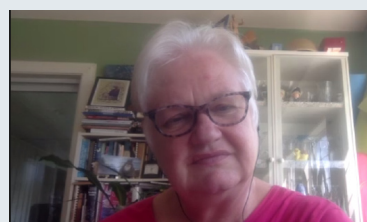
Elena Quintana - Ph.D. Diretora Executiva do Institute on Public Safety & Social Justice na Adler University desde 2011: *“Da corte para a Comunidade: Justiça que Cura”*.



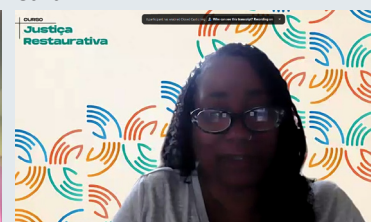
Marcelo Nalesso Salmaso - Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *“Justiça restaurativa: alternativa ao penal ou alternativa penal?”*



Laryssa Angelica Copack Muniz - Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, coordenadora do CEJUSC: *Projeto Travessia*



Marion Robinson - Facilitadora profissional e Gerente Regional de uma grande organização não Governamental: *“O que faz a Mudança”*



Vanessa Westely - Estrategista de engajamento comunitário e praticante de Justiça Restaurativa: *“Justiça restaurativa: cura para além do dano”*